

TRANSFORMING THE TERRITORY: *BRACARA AUGUSTA*
AND ITS ROMAN CADASTER

As transformações do território: *Bracara Augusta* e o seu cadastro

Manuela Martins y Helena Carvalho

Universidade do Minho

mmartins@uaum.uminho.pt /

hcarvalho@uaum.uminho.pt

Fecha recepción 22.02.2016 / Fecha aceptación 22.06.2016

Resumo

Este trabalho pretende abordar os processos relacionados com a transformação do território em que se implantou a cidade romana de *Bracara Augusta*, tendo em vista estabelecer uma articulação entre o âmbito urbano e a nova paisagem rural que emerge da integração desta região no Império romano. Para o efeito, abordaremos o contexto da ocupação pré-romana da região em que se implantou a cidade, o contexto da sua fundação e as características principais do seu urbanismo, procedendo-se, finalmente, a uma valorização dos novos sítios e achados que ajudam a definir a presença romana no território rural envolvente, com destaque para a rede viária principal, para as necrópoles e para os vestígios de povoamento. A nossa atenção centrar-se-á, de seguida, nos dados referentes à análise do parcelamento rural romano que marcou uma profunda transformação da paisagem e da ocupação do território.

Palavras chave

Bracara Augusta; urbanismo; centurição; paisagem rural romana

Abstract

This study addresses the processes related to the transformation of the territory in which the Roman city of *Bracara Augusta* was founded, in order to establish an interaction between the urban context and the new rural landscape that emerged from the integration of this region into the Roman Empire. This paper will discuss the context of pre-Roman occupation in which the city developed, the context of its foundation and the key features of its urban planning, proceeding finally to an appreciation of the new sites and findings that help us to define the Roman presence in the surrounding rural area, with an emphasis on the main road network, cemeteries and settlement remains. It will then focus on data associated with the analysis of the roman rural *centuriation* that marked a profound change of the landscape and occupation of the territory.

Key words

Bracara Augusta; urban planning; centuriation; Roman rural landscape

* Este trabalho foi realizado no âmbito do Projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010, financiado pela FCT e pelo Programa COMPETE.

1. Introdução

A conquista do Noroeste Peninsular implicou a organização de um vasto território com características diversificadas, cujo estudo tem progredido significativamente nas últimas décadas, embora com ritmos diferenciados. Na região de Braga, os trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, ao longo das últimas décadas, no âmbito do estudo da cidade de *Bracara Augusta* e do seu território, permitiram acumular um significativo acervo de dados que permite refletir sobre as transformações ocorridas após a sua integração no Império romano. De facto, embora não seja fácil ultrapassar a tradicional dicotomia entre estudos da cidade *versus* estudos do mundo rural, cremos, todavia, que se dispõe para o território de Braga de um conjunto de dados relevantes que permitem ensaiar uma articulação entre ambas as realidades.

A fundação de *Bracara Augusta*, a sua evolução urbana e os contornos da sua inserção no espaço rural constituem, por isso, um horizonte de investigação decisivo para o conhecimento do processo de romanização da Hispânia e dos territórios do NO peninsular, considerando o papel exercido pela cidade na reorganização da paisagem rural do território envolvente e as interações que se estabeleceram entre esses âmbitos. São essas relações que determinam os objetivos deste trabalho que procurará analisar os processos de transformação do território bracarense em época romana.

Abordaremos, inicialmente, o contexto da ocupação pré-romana da região em que se implantou a cidade, para analisarmos de seguida o contexto da sua fundação e as características principais do seu urbanismo, procedendo-se, finalmente, a uma valorização da cartografia dos dados arqueológicos que ajudam a definir a ocupação romana no território envolvente, com destaque para a rede viária principal, para as necrópoles e para os vestígios de povoamento. A nossa atenção centrar-se-á, de seguida, nos dados referentes à análise do parcelamento rural que marcou uma profunda transformação da paisagem e da ocupação do território de *Bracara Augusta*.

2. O povoamento pré-romano

Os resultados das investigações arqueológicas realizadas nas últimas décadas, reportáveis aos séculos II/I a. C.¹, permitem traçar o quadro do povoamento pré-romano da região situada entre os rios Douro e Minho, em cujo centro foi fundada a cidade de *Bracara Augusta*. Trata-se de uma região com características geofísicas particulares, que oferece também importantes especificidades culturais, quando perspetivada no amplo quadro do NO peninsular. De facto, estamos perante um território que conheceu um desenvolvimento económico e social

1. Sobre o assunto consultar A. C. F. Silva, *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira 1986; M. Martins, *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia Monografias 5, Braga 1990; A. P. Dinis, *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a. C.*, t.m., FLUP, Porto, 1993; H. Carvalho, *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*, t.d., Universidade do Minho, Braga, 2008.

particular no século I a.C., onde se reconhece uma forte integração das comunidades pré-romanas residentes em diferentes povoados, a criação de unidades sociopolíticas mais amplas que o próprio castro e a existência de grandes povoados com características de lugares centrais². A particular forma de organização deste território, bem como as características do seu povoamento, têm sido articuladas com o precoce contacto que as comunidades da região tiveram com o mundo romano no século II a. C., sendo considerada por vários autores como uma consequência da expedição de *Decimus Junius Brutus*, em 138-136 a.C.³

Independentemente das motivações subjacentes aos processos de reorganização das sociedades indígenas, ocorridos na área meridional e ocidental do NO, entre os séculos II e I a. C., cabe sobretudo destacar os dados facultados pela arqueologia que demonstram o abandono de alguns povoados e a fundação de outros novos, sobretudo nos vales, bem como processos de concentração populacional naqueles que ofereciam melhores condições geoestratégicas. Esta dinâmica de povoamento parece indiciar claros processos de sinecismo, que terão conduzido à integração das populações de povoados mais pequenos em entidades políticas mais amplas, fenómeno reconhecido noutras regiões da Península Ibérica nos últimos dois séculos da República.

Quando comparada com as áreas setentrionais e interiores do NO a região ocidental galaico bracarense oferece, não só os maiores povoados fortificados conhecidos, como também uma nova forma de os organizar internamente. De facto, as grandes citânias da região, que podem ser consideradas verdadeiros *oppida*, possuem áreas significativas de vários hectares (entre 2,5 e 24), tendo sido objeto de uma profunda reestruturação interna, com a abertura de eixos viários e a organização de unidades domésticas familiares, repartidas por quarteirões, estruturados em torno de pátios lajeados⁴.

A partir de finais do século II a.C. torna-se evidente uma clara diferenciação dos povoados indígenas, em termos de dimensão, demografia e organização interna, mas também de especialização económica e controlo territorial, que se associa ao estabelecimento de um povoamento hierarquizado encabeçado por *oppida*, que controlariam redes de castros mais pequenos.

Esta nova matriz de povoamento parece articular-se igualmente com os crescentes contactos que se estabelecem com os territórios romanizados do sul da Península, os quais se encontram bem testemunhados pela ocorrência de produtos exógenos em vários castros, sobretudo litorais e pela generalização de novidades técnicas e construtivas que documentam a especificidade da região meridional e ocidental do NO hispânico nos momentos que antecedem o fim das guerras cantábricas. Cabe destacar dentro da região referida aquela que se

2. M. Martins, F. S. Lemos, F. Pérez Losada, “O povoamento romano no território dos galaicos Bracarenenses”, *BAR IS 137*, Oxford 2005, 279-296.

3. J. Alarcão, *Roman Portugal*, Warminster 1988.

4. A. C. F. Silva, “A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no noroeste de Portugal durante o Iº milénio a.C.”, *Revista da Faculdade de Letras*, II série, 12, 1995, 505-546; A.C.F. Silva, “A ocupação do território do Noroeste Peninsular aquando da chegada dos romanos”, em *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Porto 1999, 39-52.

articula mais diretamente com a fundação de *Bracara Augusta*, correspondente ao território que seria ocupado pelos *Bracari*, que se estenderia entre os rios Ave e Lima, em cujo centro foi implantada a cidade. Trata-se de uma área que registava uma elevada densidade de castros, alguns dos quais de grande dimensão, que assinalam uma elevada concentração populacional, mas onde encontramos também vários povoados de baixa altitude, que estariam associados à exploração dos recursos dos vales, como se documentou no povoado do Lago, em Amares⁵.

Certamente que a escolha do local para implantar a nova cidade foi determinada por razões de natureza topográfica, atendendo às suas características, pois constitui o remate de um esporão, com uma altitude máxima de 200 m, que controla, do lado norte, a extensa veiga do Cávado. Já a sul e nascente a topografia regional é dominada por relevos mais significativos, onde se implantaram importantes castros, alguns dos quais abandonados após a fundação da cidade. No entanto, o local escolhido para implantar a cidade deverá ser igualmente devedor da importância que o mesmo já possuiria no quadro do povoamento pré-romano, detendo uma centralidade óbvia, quer no amplo contexto da região situada entre o Douro e o Minho⁶, quer no âmbito mais restrito da área controlada pelos *Bracari*, constituindo o epicentro de uma série de corredores de comunicação naturais que cruzavam o território no sentido N/S e E/O, os quais foram naturalmente aproveitados para a construção da rede viária romana.

Também a organização do povoamento e o desenvolvimento económico atingido pelas comunidades indígenas da região entre Lima e Ave, ao longo do século I a.C., terão certamente jogado um importante papel na escolha do local para fundar a nova cidade, bem como o seu posterior povoamento. Na verdade, o dossier epigráfico de Braga demonstra uma fortíssima componente indígena na organização do corpo cívico da cidade e a clara concessão de prerrogativas às elites dos castros da área dos *Bracari*, bem documentada pelo protagonismo dos indígenas e seus descendentes no exercício dos cargos relacionados com as funções da cidade enquanto capital de convento jurídico, designadamente no âmbito do culto imperial.

3. Fundação e desenvolvimento de *Bracara Augusta*

3.1. A fundação

A fundação de *Bracara Augusta* está intimamente relacionada com a reorganização política e administrativa da Hispânia, empreendida por Augusto, que incluiu uma nova *divisio* provincial, a criação de novos centros urbanos e a promoção de outros de origem mais antiga. Todas estas iniciativas deverão ter decorrido posteriormente a 19 a. C., sendo aceite por vários autores que a data da fundação das cidades do NO hispânico deverá coincidir com a

5. M. Martins, *O povoado fortificado do Lago, Amares*, Cadernos de Arqueologia - Monografias 1, Braga 1988.

6. Sobre a questão ver F. S. Lemos, "O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*", *Forum*, 25, 1999, 81-94; ID., "*Bracara Augusta* - A grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular", *Forum*, 31, 2002, 95-128.

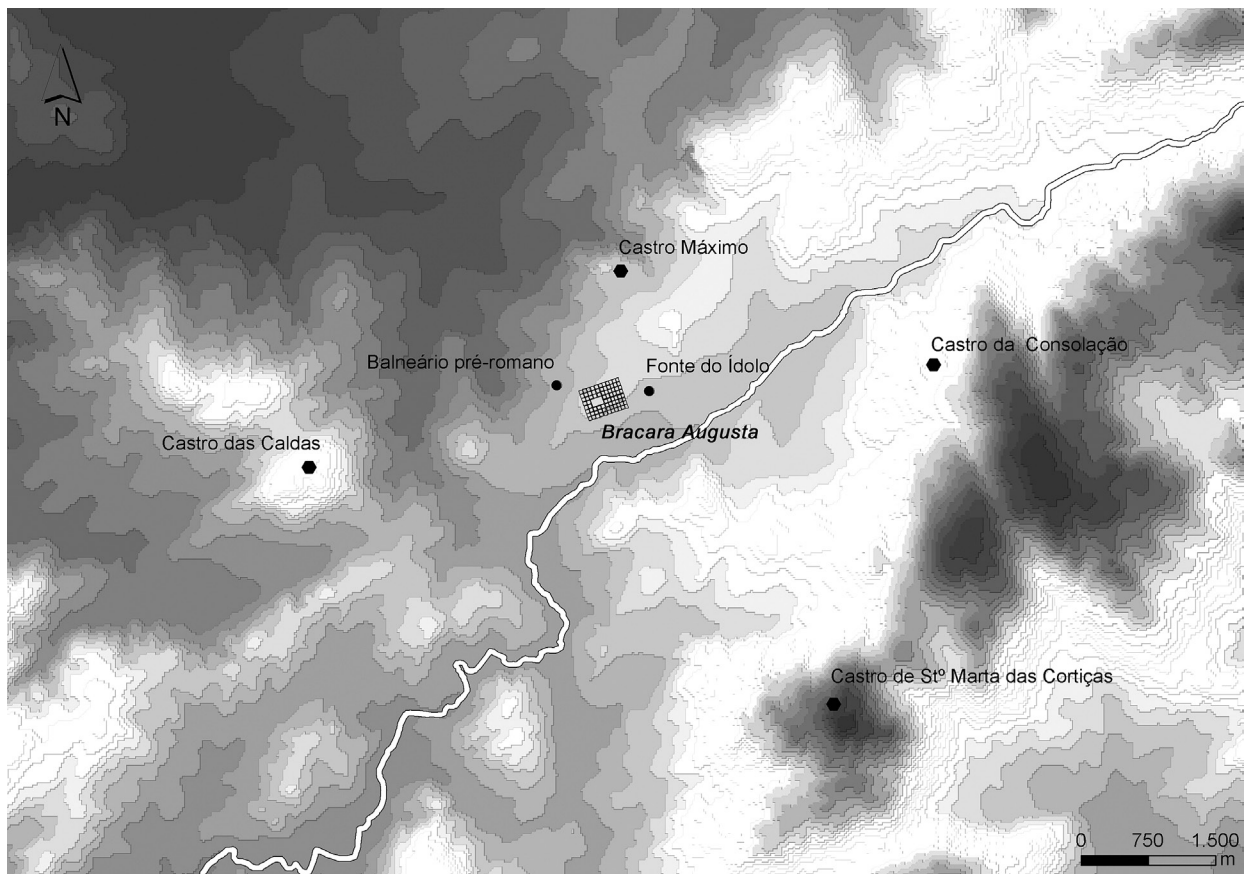


Fig. 1 – Localização de *Bracara Augusta*, relativamente ao relevo e aos principais castros da área envolvente.

última estadia do imperador na Península Ibérica, em torno de 16/15 a. C. Esta cronologia fundacional parece aceitável tendo em conta os dados epigráficos e arqueológicos disponíveis para Braga que permitem considerar a sua efetiva ocupação ao longo da última década antes da transição da Era.

O testemunho epigráfico mais antigo que possuímos é constituído por um pedestal de estátua, erguida pelos *bracaraugustanus*, no dia do aniversário de *Paullus Fabius Maximus*, o qual pode ser datado entre os anos 3 e 2 a. C., com base na referência do texto ao vigésimo pri-

meiro poder tribunício de Augusto⁷. A natureza da dedicatória do monumento estabelece uma clara diferença com as que referem o nome do mesmo legado, encontradas em *Lucus Augusti*, onde surge na qualidade de dedicante de três estelas, erguidas em honra do imperador Augusto, supostamente evocativas da própria fundação da cidade⁸. Já o monumento de Braga parece subentender a existência de uma relação formal entre os habitantes da cidade e o legado imperial, num momento em que o mesmo foi governador da Citerior, ou seja, entre os anos 4 e 1 a. C.⁹ A natureza dos textos pode mesmo configurar-se como indicadora da sua desigual cronologia, bem como dos diferentes contextos sociais que estiveram na sua génese. De facto, a menção feita aos *bracaraugustanus* na inscrição de Braga parece demonstrar claramente que a cidade já existiria por volta dos anos 3/2 a. C. e que se encontrava ocupada por uma comunidade organizada, com capacidade para se expressar em atos de caráter cívico, designadamente, através da construção de monumentos em honra de Augusto. Sublinhe-se que os *bracaraugustanus* são ainda referidos numa outra inscrição, ligeiramente mais tardia, dedicada a *Agrippa Postumus*, que é apresentado como neto do Imperador e como *Marci filius*, algo que nos indica que o monumento terá sido erguido antes da sua adoção oficial entre 2 e 4 d. C.¹⁰

Um outro testemunho epigráfico que nos parece relevante para a compreensão do processo de povoamento da cidade está representado por uma inscrição monumental fragmentada, datada entre 5 e 2 a. C.¹¹, cuja interpretação, apesar de controversa¹², demonstra que à data da sua execução existiriam em *Bracara Augusta* edifícios ou lugares emblemáticos, sugestivos de que a cidade teria sido fundada anteriormente.

Assim, tendo em conta os dados epigráficos disponíveis parece possível admitir que *Bracara Augusta* terá conhecido um processo de povoamento claramente anterior aos anos 5 e 2 a. C., altura em que está já documentada a existência de um corpo cívico que se referenciava pelo nome da cidade, parecendo igualmente certo que a mesma teria já sido objeto dos necessários rituais fundacionais que antecediam o início das atividades construtivas. É igualmente presumível que, quando se ergueram as estátuas a Augusto (3-2 a. C.) e a *Agrippa Postumus* (2 a 4 d. C.), existiria já um espaço público que corporizaria a identidade política e religiosa da nova comunidade, onde os referidos monumentos deveriam ter sido colocados. De facto, julgamos poder considerar que as manifestações honoríficas desenvolvidas pelos

7. Sobre a datação ver P. Le Roux, “Aux Origines de Braga (*Bracara Augusta*)”, *Bracara Augusta*, 1975, 155-157, *cit.* 155 e A. Tranoy, *La Galice romaine. Recherches sur le Nord Ouest de la Péninsule Ibérique dans l’Antiquité*, Paris 1981, 328.

8. Sobre as características das estelas de Lugo ver A. Rodríguez Colmenero, *Lucus Augusti. Urbs Romana. Los Orígenes de la Ciudad de Lugo*, Lugo 1995, 29.

9. G. Alföldy, *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*, Wiesbaden 1969, 10.

10. Cf. P. Le Roux, *op. cit.*, 1975, 155-159.

11. *CIL* II 2421.

12. A inscrição tem sugerido diferentes interpretações. Sobre o assunto ver A. Tranoy, *op. cit.* 1981, 318-319 y 328; S. Santiago Montero y S. Sabino Perea, “Augusto y el bidental de *Bracara* (ad. *CIL* II 2421)”, en J. M. Blázquez y J. Alvar (eds.), *La Romanización en Occidente*, Madrid 1966, 299-319.

bracaraugustanos em honra de Augusto e seus familiares diretos, através da construção de estátuas, se enquadrariam necessariamente num *forum*, cuja construção poderia estar em curso, entre os anos 3 e 2 a. C., quando *Paullus Fabius Maximus* se deslocou à cidade e foi homenageado no dia do seu aniversário. Os dados arqueológicos disponíveis, resultantes de largas dezenas de intervenções arqueológicas realizadas em Braga ao longo das últimas décadas, fornecem igualmente sugestões importantes sobre os inícios da ocupação da cidade, muito embora seja mais difícil de precisar a sua cronologia.

As mais antigas construções conhecidas são difíceis de datar devido à generalizada ausência de materiais nas suas valas de fundação. Entre elas destacamos os silhares que têm aparecido em vários pontos da cidade, parecendo definir os limites dos quarteirões, precedendo em algumas décadas a construção das *domus* que viriam a ocupar aqueles espaços. Admitimos poder situá-los no período de Augusto, num momento posterior à planificação da cidade, mas anterior ao processo de urbanização dos quarteirões, podendo constituir uma evidência da materialização no espaço dos alinhamentos das futuras ruas da cidade.

Podemos igualmente datar de um período fundacional um invulgar espaço construído, identificado na Colina do Alto da Cividade, que designamos por edifício pré-termal e que corresponde a uma construção de forma quadrada, com cerca 150 pés de lado (44,50 m), definida por quatro corpos, com diferentes características, que se estruturam em torno de um espaço central aberto, com as dimensões de 21 m x 15 m (70 x 50 pés). As características sugeridas pela área escavada deste conjunto edificado sugerem a sua possível função como espaço comercial, que se situaria nas imediações do *forum*¹³.

Na cave da área de serviços do Museu D. Diogo de Sousa encontram-se conservados os vestígios habitacionais mais antigos conhecidos até ao momento em Braga, representados por pavimentos de *opus tessellatum* bicromático, de composição geométrica, com uma cronologia augustana, ou tiberiana. A cronologia do mosaico é corroborada pela datação da canalização que corre sob o piso do mosaico, datável do período de Augusto, tendo em conta a ausência de quaisquer materiais na sua vala de fundação.

Também na periferia da área urbana foram encontrados vestígios reportáveis ao período fundacional, articulados com a implantação da Via XVII, que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, a qual segue globalmente a orientação geral dos eixos da cidade. Os dados disponíveis sugerem claramente uma demarcação do terreno, prévia à construção da via, com a criação de um corredor de circulação, usado como eventual caminho, que poderá ser anterior à transição da Era¹⁴.

13. M. Martins, *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta*, Escavações Arqueológicas 1, Braga 2005, 10-18.

14. M. Martins *et alii*, *Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT - Avenida da Liberdade (BRA 08-09 CTT)*. Relatório final, Braga 2010; L. Fontes, M. Martins y F. Andrade, *Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT - interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL)*. Relatório final, Braga 2010; L. Fontes *et alii*, *Salvamento de Bracara Augusta: ampliação do túnel da Avenida da Liberdade (BRA 08-09 TAVL)* Relatório final, Braga 2010.

A construção do primeiro piso da Via XVII está associada ao início da utilização da sua área envolvente como espaço de necrópole, processo que podemos datar entre a transição da Era e os inícios do século I d. C. A uma primeira fase de estruturação da necrópole podemos atribuir alguns vestígios que parecem definir recintos e uma urna em granito, com forma de ovo, que forneceu uma moeda cunhada em *Celsa Sulpicia*, entre 5 e 3 a. C. (Fig. 2. 7)¹⁵.

Os primórdios da ocupação da cidade no período de Augusto, que tem expressão funerária no início da utilização da necrópole da Via XVII, certamente associados, às atividades construtivas que se desenrolariam no *forum*, possuem uma reduzida expressão nos vestígios conservados, quer de edifícios públicos, quer residenciais, escassamente representados no registo arqueológico, situação que julgamos resultar das remodelações sucessivas a que foi submetido o tecido urbano de *Bracara Augusta*, que camuflaram, destruíram ou reciclaram as evidências arquitetónicas mais antigas. De qualquer modo, julgamos ser impossível pensar numa 'cidade de Augusto' formalizada nos termos de uma qualquer cidade romana provincial do século II, sendo mais razoável admitir que o espaço urbano do período de Augusto deveria contemplar algumas raras construções em pedra, limitadas à área do *forum* e sua eventual envolvente, como seria o caso do já referido edifício público identificado na Colina da Cividade. Raras seriam também as habitações de pedra, conhecendo-se até ao momento apenas vestígios de uma *domus* com essa cronologia.

Tendo em conta os dados disponíveis de natureza epigráfica e arqueológica é possível afirmar que entre 3 e 2 a.C. o sítio de Braga estaria já ocupado por uma comunidade que se designava pelo nome da cidade, com uma organização e poder económico suficientes para erguer estátuas ao imperador, as quais, pela sua natureza, teriam que ser colocadas numa praça, o que subentende que o *forum* estaria já pelo menos parcialmente definido. A cronologia destes eventos permite considerar que *Bracara Augusta* terá conhecido um processo de povoamento progressivo anteriormente a 5/3 a.C., certamente após as operações cadastrais da cidade e do território.

3.2. O cadastro urbano e o desenvolvimento da cidade

Os dados arqueológicos fornecidos pelas escavações realizadas na cidade de Braga permitiram documentar a existência de uma malha ortogonal que regista uma orientação dominante NNO/SSE e ENE/SSO, documentada, não só nos eixos viários principais e secundários, como também na orientação geral dos edifícios (Fig. 2. 1).

O cardo máximo representa o eixo viário arqueologicamente melhor conhecido, sobretudo no seu tramo norte, apresentando uma largura de 7,24 m (24 pés). Presumimos que acompanharia o limite nascente do *forum*, desenvolvendo-se para sul com a mesma orientação. O decumano máximo deverá estar fossilizado, no seu segmento poente, na atual rua de S. Sebastião e, no nascente, na atual rua dos Falcões que se prolongaria no eixo da Via XVII, arqueologicamente documentado.

15. C. Braga, *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*, t.m., Braga, 2010, 96.

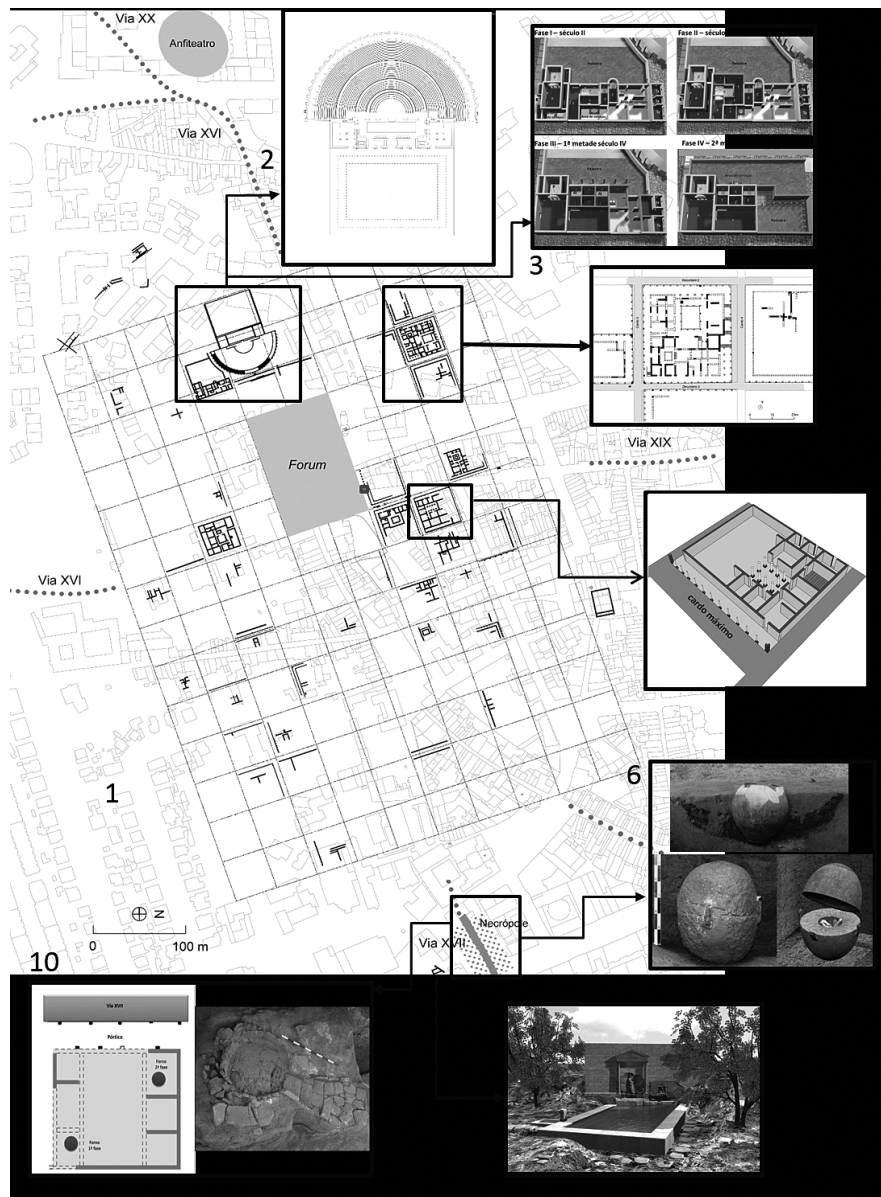


Fig. 2. 1 - Planimetria alto imperial de *Bracara Augusta*; 2 - Planta restituída do teatro; 3 - Restituição 3D das diferentes fases das termas públicas do Alto da Cidade; 4 - Planta da *domus* das Carvalheiras com os quarteirões anexos; 5 - Restituição 3D da *domus* da ZA FCB/SAT; 6 - Sepultura da necrópole da Via XVII com ossário cerâmico; 7 - Urna em granito da necrópole da Via XVII; 8 - Restituição 3D da Fonte do Ídolo com fachada e tanque anexo; 9 - Perspetiva do forno mais antigo da oficina de vidro da Via XVII; 10 - Planta restituída da oficina de vidro com localização dos dois fornos.

Várias intervenções arqueológicas permitiram exumar vestígios associados à trama viária secundária, constituídos por restos de pavimentos, ou de estruturas delimitadoras, como sejam os pórticos, ou muros. Estes elementos permitem estimar que as ruas secundárias teriam em média cerca de 12 pés de largura, valor que se repete nos pórticos limítrofes, que funcionavam como espaços de articulação do sistema viário com as áreas construídas dos quarteirões.

Tomando por referência a distância entre os eixos das ruas conhecidas encontramos uma medida recorrente de 156 pés (46,20 m), quer no sentido N/S, quer no sentido E/O. Por sua vez, se considerarmos os 12 pés como a medida padrão para os eixos viários secundários e para os pórticos, apuramos o valor de 120 pés quadrados para os lotes de construção privados, valor que corresponde a 1 *actus* (35,52 m x 35,52 m). Esta medida apenas variava nos quarteirões limítrofes, quer do *cardo*, quer do *decumano* máximos, onde as áreas reservadas à construção seriam ligeiramente menores.

A localização do *forum* é sugerida pela interpretação global da *forma urbis*, pelo aparecimento de elementos arquitetónicos de grandes dimensões¹⁶ e por uma referência contida num mapa do século XVI, que o situa nas imediações da capela de S. Sebastião (Fig. 2.1). É assim possível admitir que o *forum* se situava na extensa plataforma que corresponde ao atual Largo Paulo Orósio, que constituía a área mais elevada da cidade (200 m), encontrando-se descentrado relativamente à planta da cidade, situação que poderá explicar-se por razões topográficas. Por outro lado, e também por critérios meramente topográficos, julgamos que deveria desenhar um retângulo, com o eixo maior disposto no sentido N/NE-S/SO (Fig. 2.1).

A definição da área que terá sido planificada constitui o resultado do exercício de interpretação dos vestígios construtivos conhecidos até ao momento que oferecem a orientação dominante dos eixos viários da cidade. Assim, é possível sugerir que o traçado fundacional tenha projetado uma cidade de planta perfeitamente retangular, seguindo os padrões de algumas cidades italianas fundadas no tempo de Augusto.

Os dados arqueológicos apontam para a circunstância de vários quarteirões limítrofes do *forum* terem sido inicialmente ocupados com funções artesanais. Assim o parece sugerir o aparecimento de fragmentos de moldes bivalves para produção de placas de bronze com decoração geométrica, que denunciam o fabrico de sítulas, igualmente documentado pelo molde de uma armela para suspensão dos referidos recipientes¹⁷. Os contextos destes materiais são claramente anteriores a Cláudio/Nero e sugerem a ocupação dos quarteirões da área envolvente do *forum* por oficinas de produção metalúrgica de objetos de bronze e eventualmente também de ferro, os quais devem ter sido construídos com materiais perecíveis. Situação semelhante vem sendo documentada noutras cidades do ocidente do Império, onde

16. J. Ribeiro, *Arquitectura romana em Bracara Augusta: uma análise das técnicas edilícias*, t.d., Braga 2010, 326-328.

17. M. Martins, “Moldes de sítulas com decoração geométrica”, *Cadernos de Arqueologia*, 5, 1988, 23-33; R. Morais, *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 2, Braga 2005, Est XXX-XIII; XXXIV-XXXIX.

a construção em pedra parece generalizar-se apenas a partir da época flávia, mas sobretudo no século II¹⁸.

Pese embora o reduzido número de vestígios construídos que podemos reportar aos períodos de Augusto e júlio-cláudio importa salientar serem bastante significativos os materiais arqueológicos atribuíveis a essas cronologias, entre os quais merecem destaque as cerâmicas importadas¹⁹ e as moedas²⁰ que registam uma clara concentração em torno da área onde se localizaria o *forum* da cidade, ocorrendo de forma significativa na Colina do Alto da Cidade e na plataforma que dela se estende, para nascente.

A construção da cloaca do cardo máximo, para onde passam a confluír as águas sujas e pluviais²¹, datada entre Cláudio/Nero, parece articular-se com a implantação de um sistema de saneamento que servirá as necessidades de uma ocupação sistemática dos quarteirões por *domus*, processo que se inicia em meados do século I e prossegue na época flávia (Fig. 2. 4 e 5). Trata-se maioritariamente de *domus* de peristilo²², que possuíam estuques e pavimentos de mosaicos. A construção deste tipo de habitação, com os seus característicos espaços de representação, demonstra que as elites urbanas, predominantemente de origem indígena, haviam já adquirido a riqueza, mas também os hábitos culturais que lhes permitiam usar a residência como reflexo do seu estatuto social.

O desenvolvimento das atividades económicas e construtivas que dinamizaram a cidade, ao longo de todo o século I, bem como as que se associaram à exploração dos recursos de várias áreas do convento, terá justificado a criação de uma elite urbana com capacidade para sustentar um programa de construção de grandes edifícios públicos, entre os quais se encontram várias termas públicas²³, um teatro²⁴ e um anfiteatro²⁵ (Fig. 2.1, 2 e 3) A grande maioria desses edifícios data dos inícios do século II, facto que parece demonstrar que os programas

18. D. Perring, “Domestic architecture and social discourse in Roman towns”, en A. Mac Mahon y J. Price (Eds.), *Roman Working Lives and Urban Living*, Oxford 2009, 18-28.

19. Sobre as características e cronologia destes materiais ver: R. Morais, “Importações de cerâmicas finas em *Bracara Augusta*: da fundação até à época flávia”, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, 1997-98, 47, 136.

20. Ver M. del M. Zabaleta Estévez, “Hallazgos Numismáticos de los comienzos de *Bracara Augusta*”, en *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, VI, Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*, Porto 2000, 395-399.

21. F. S. Lemos y J. M. F. Leite, “Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas”, *Forum*, 27, 2000, 15-38.

22. F. Magalhães, *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*, t.m., Universidade do Minho, Braga 2010.

23. Sobre as termas públicas de *Bracara Augusta* ver Martins, *op. cit.*, 2005 y M. Martins, M. C. Ribeiro y J. M. Baptista, “As termas públicas de *Bracara Augusta* e o abastecimento de água da cidade romana”, en *Actas del Seminario Internacional Aquae Sacrae. Agua y Sacralidade en época antigua*, Girona 2011, 69-102.

24. O teatro encontra-se ainda em fase de escavação e estudo, tendo sido publicado um primeiro balanço dos resultados em M. Martins, R. Mar, J. Ribeiro e F. Magalhães, “A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*”, en Melo, A. e Ribeiro, M. C. (org.) *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, Braga 2013, 41-76.

25. R. Morais, “Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*”, *Forum*, 30, 2001, 55-76.

edifícios articulados com a monumentalização do espaço urbano foram implementados após um século de desenvolvimento da cidade e de consolidação da sua comunidade cívica.

Será durante o século II que a cidade atingirá a sua máxima extensão, ultrapassando a área que deverá ter sido inicialmente planificada, à semelhança do que aconteceu com muitas outras cidades do ocidente do Império. Ainda que não disponhamos de dados relativos ao *forum*, possuímos, todavia, informações significativas sobre a ocupação de vários quarteirões da cidade, que testemunham um tecido urbano denso, circundado por uma área periurbana, ainda mal conhecida, mas onde pontuavam edifícios públicos, como o anfiteatro, templos e altares²⁶, fontes e santuários²⁷ (Fig. 2. 8), complexos artesanais de fabrico de cerâmica e de vidro²⁸ e várias necrópoles, que se estabeleceram ao longo das principais vias que saíam da cidade e cruzavam o território²⁹.

As atividades económicas urbanas reveladas a partir da arqueologia documentam uma intensa e precoce atividade comercial, bem como um conjunto diversificado de atividades produtivas. As importações estão bem documentadas e a cidade servia de polo redistribuidor para a região. A importância do comércio nas primeiras décadas de vida da cidade está bem demonstrada na inscrição que os cidadãos romanos que negociavam em *Bracara Augusta* dedicaram a *Caius Caetronius Miccio* na época de Cláudio, bem como pelos próprios produtos, que demonstram que a cidade se inseriu precocemente nas principais rotas comerciais do Império, com destaque para a rota atlântica³⁰. Mas, as atividades económicas contemplaram também a produção e distribuição de vários produtos, entre eles a cerâmica, fabricada com as argilas da região, existindo vários testemunhos diretos que documentam a importância de *Bracara Augusta* como centro produtor deste material, designadamente os artefactos ligados ao fabrico e peças com marcas dos oleiros que laboravam na cidade³¹. Estas oficinas fabricavam lucernas e cerâmica comum de uso doméstico, usando a argila que seria explorada na região de Prado/Ucha, mas também os caulinos do litoral, utilizados no fabrico de cerâmicas mais finas, como a bracarense e a pintada.

26. Sobre algumas inscrições encontradas na periferia da área urbana, ver: A. Cunha, J. Encarnação y F. S. Lemos, “Ara aos Lares Viales de *Bracara Augusta*”, *Forum*, 37, 2005, 147-155; H. Carvalho, J. Encarnação, M. Martins, y A. Cunha, “Altar romano encontrado em Braga”, *Forum*, 40, 2006, 31-41.

27. A Fonte do Ídolo, conhecida desde o século XVIII, constitui um dos mais emblemáticos exemplares deste tipo de monumentos, reconstituído em A. Garrido Elena, R. Mar e M. Martins, *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário. Bracara Augusta*. Escavações Arqueológicas, 4, Braga 2008.

28. Sobre a localização dos complexos artesanais ver M. Martins *et alii*, “Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer”, en *Atas do Colóquio Internacional Evolução da Paisagem Urbana: Economia e Sociedade*, Braga 2012, 29-68; M. Cruz, *O vidro romano no Noroeste Peninsular: um olhar a partir de Bracara Augusta*, t.d., Braga 2009.

29. M. Martins y M. Delgado, “As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos”, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, 1989-90, 41-186.

30. Cf. Morais, *op. cit.*, 2005.

31. Cf. Morais, *op. cit.*, 2005.

Importante atividade artesanal, bem documentada na cidade, foi a produção de vidro, cujas oficinas se localizavam na periferia da área urbana (Fig. 2. 9 e 10) e que terão laborado entre o século I e o século V, exportando alguns dos seus produtos para outros locais do NO peninsular³².

A atividade metalúrgica está igualmente referenciada por achados ligados à produção de peças, como cadinhos de fundição e moldes, mas também por inúmeros artefactos que documentam a mestria dos artesãos bracarenses na arte de trabalhar os metais. Entre as peças mais notáveis produzidas em bronze merece destaque um fragmento de escultura equestre, revestida a folha de ouro que deveria estar colocada no *forum*.

Por último, cabe destacar a importância da construção, que representava uma das atividades mais florescentes de qualquer cidade. Uma atividade que vivia do trabalho do granito, explorado e usado nas suas múltiplas variantes regionais, mas também da produção de mosaicos, estuques, ou do trabalho da madeira, recurso abundante na região.

O quadro da atividade económica urbana demonstra que *Bracara Augusta* estava intimamente ligada ao território, explorando os seus recursos e usando a sua mão-de-obra, utilizando a densa rede viária que o cruzava, iniciada no tempo de Augusto e reforçada sob os Flávios (Fig. 3). Por outro lado, a intensa ocupação da área rural, que se adensa na periferia imediata da cidade, parece sugerir uma estreita ligação entre a área urbana e o território imediato, organizado com base num cadastro que prolonga os eixos da cidade³³.

4. A organização do território e o cadastro rural

A presença romana implicou uma mudança muito significativa na ocupação do território, visível numa precoce e intensa ocupação dos vales. Este cenário, que parece ser comum a toda a região da fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*, é particularmente claro na área em torno da cidade de *Bracara Augusta*.

Tomamos como espaço de análise uma área em torno da cidade, com cerca de 19,5 km N/S, por 23 km E/O, dentro do qual procuraremos sintetizar os dados relativos às entidades que podem demonstrar essa mudança, nomeadamente as *villae*, as necrópoles, os dados epigráficos e os estabelecimentos rurais, cuja funcionalidade, em muitos casos, permanece por esclarecer.

As *villae* identificadas nesta região possuem em comum uma implantação em zonas de declive suave ou em pequenos outeiros, cujas altitudes acompanham, maioritariamente, as curvas de nível entre os 50 e os 100 metros (Fig. 3)³⁴.

Uma observação mais detalhada permite-nos identificar 13 estabelecimentos deste tipo. Destes, 9 situam-se num aro que se circunscreve a 5 km a partir da cidade, isto é, na sua

32. Cf. Cruz, *op. cit.*, 2009.

33. H. Carvalho, “Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo de Bracara Augusta- (Hispania Citerior Tarraconensis)”, *Archivo Español de Arqueología*, 85, 2012, 129-146.

34. Os dados constantes da figura 3 possuem uma numeração que remete e pode ser verificada nos dois volumes do seguinte trabalho: Carvalho, *op. cit.* 2008.

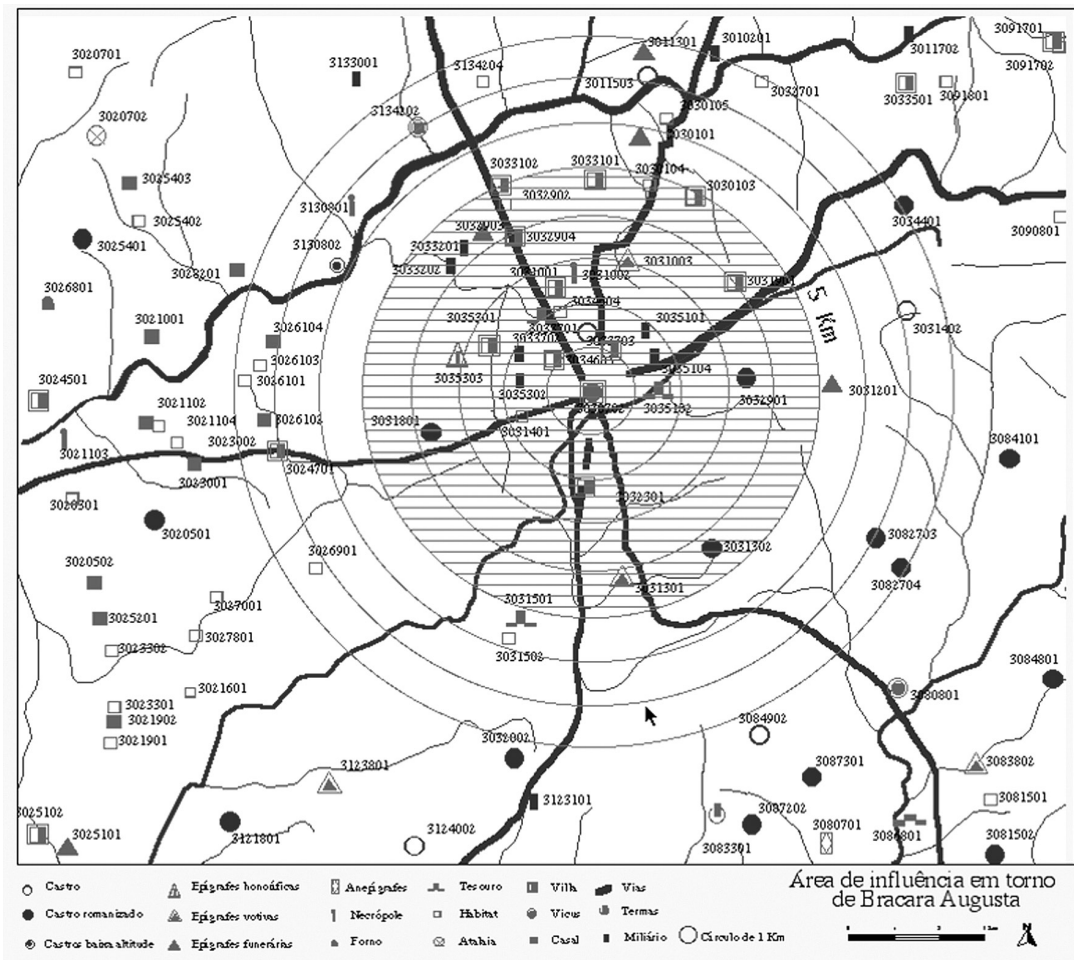


Fig. 3 - Povoamento da área de influência de *Bracara Augusta*.

periferia imediata, facto que nos parece importante na avaliação da relação entre a cidade e o seu território envolvente. A valorização da proximidade das *villae* em relação à cidade pode potenciar múltiplas interpretações, desde as que se articulam diretamente com a influência do centro urbano na delimitação do seu território rural, até às que podem valorizar o papel político que seria assumido pelos terratenentes nos órgãos administrativos da cidade romana, os quais habitariam certamente fora dela, mas sempre suficientemente perto para puderem cumprir os seus cargos e exercer a sua influência.

Embora os problemas de identificação, quer de *villae*, quer de outros estabelecimentos rurais devam ser salientados, é indiscutível a relação estreita entre a cidade e o espaço rural,

no sentido de uma clara atração que a cidade exerceu na distribuição e organização do povoamento da sua área envolvente. Esta relação é, evidentemente, reforçada pela rede viária. As vias condicionaram visivelmente a organização do *habitat* e é difícil distinguir, em alguns casos, onde acaba a influência da cidade e começa a atração das vias enquanto fator modelador do povoamento de matriz romana.

A epigrafia funerária ou votiva fornece igualmente informações indiretas da existência de estabelecimentos rurais importantes e permite-nos uma visão mais clara do grau de romanização do espaço rural.

Do conjunto epigráfico disponível as inscrições encontradas na *villa* de Dume³⁵ assumem um carácter excepcional. Com efeito, pode ser atribuído a este sítio arqueológico um conjunto apreciável de inscrições funerárias, votivas e honoríficas, embora deva ter-se em atenção a possibilidade de que muitas delas possam proceder de outro local, o que confirma a importância do sítio em períodos que ultrapassam largamente o período romano, deixando-nos, todavia, na incerteza, sobre a exata proveniência dos monumentos epigráficos que poderão, simplesmente, ter sido trasladados da cidade e aí depositados.

Em todo o caso, e realçadas estas questões, a avaliação do dossier epigráfico de Dume merece a nossa atenção. Cabe destacar, uma ara honorífica onde se homenageia Camalo, filho de Melgeco, bracaraugustano, sacerdote de Roma, de Augusto e dos Césares, do Convento bracaraugustano³⁶. Trata-se de uma inscrição dedicada a um sacerdote do culto imperial, cujo nome e filiação documentam a sua origem indígena. Admitindo que esta inscrição seja originária de Dume e não tenha sido deslocada da cidade, local que seria mais adequado à sua fixação, poderíamos considerar ter sido Camalo o presumível fundador da *villa* de Dume, ou um seu descendente. Em qualquer dos casos, importa reavaliar a sua cronologia, tendo em conta a datação que vem sendo sugerida para a criação dos conventos do NO peninsular³⁷. Com efeito, a cronologia flávia, proposta por A. Tranoy para esta dedicatória, deverá, no nosso entender, ser repensada, uma vez que tal hipótese partiu da convicção de que a fundação dos conventos remontava à época da dinastia flávia³⁸. Sabendo-se, agora, que tal fundação é anterior, muito presumivelmente da época de Augusto ou de Tibério, talvez importe realçar a onomástica e o esquema de filiação claramente indígenas do dedicante. De

35. Ver Carvalho, *op.cit.*, II vol, Id 3031001, 22.

36. Cf. Tranoy, *op. cit.*, 1981, 329-330.

37. Cf. M. D. Dopico Caínzos, *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria 1988; M. D. Dopico Caínzos, "A transformação dos pobos do noroeste hispânico na época de Augusto: a evidencia epigráfica", em M. D. Dopico Caínzos, M. Villanueva Acuña y P. Rodríguez Alvarez (Eds.), *Do castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, 2009, 31-53; A. Rodríguez Colmenero, "Integración administrativa del Noroeste peninsular en las estructuras romanas", em A. Rodríguez Colmenero (Coord.), *Lucus Augusti I. El amanecer de una ciudad*, A Coruña, 1996, 265-299; A. Rodríguez Colmenero, "La Tabula hospitalitatis de la civitas Lougeiorum. Documento genuino o falsificación?", em A. Rodríguez Colmenero, (Coord.), *op.cit.*, 1996, 301-315; C. Fernández Ochoa e A. Morillo Cerdán, *La tierra de los astures. Nuevas perspectivas sobre la implantación romana en la antigua Asturia*, 1999.

38. Cf. Tranoy, *op. cit.*, 1981, 329-330.

facto, os *Camali* encontram-se atestados em várias inscrições na Citânia de Briteiros, estando igualmente presentes no dossier epigráfico de *Bracara Augusta*. Por outro lado, aceitando-se a cronologia augustana/tiberiana para a fundação dos conventos, talvez seja possível admitir que a figura homenageada na inscrição de Dume seja um dos primeiros sacerdotes do convento. Tenha-se em conta, ainda, que este sacerdote acrescenta à sua filiação, claramente indígena, o facto de ser bracaraugustano, dando conta da afirmação de uma identidade que importava salientar.

Uma outra inscrição procedente de Dume é o voto feito a *Júpiter Depulsor* ou *Repulsor* por *Dúrmia Pursina*³⁹.

Ainda no capítulo da epigrafia votiva presente na região de Braga, refiram-se duas outras inscrições, com texto praticamente idêntico, encontradas em Esporões, Braga e no povoado de S. Mamede, Guizande. O dedicante é, em ambos os casos, provavelmente um liberto, de nome *Hermes*. Na ara encontrada em Esporões, Hermes cumpriu o seu voto a *Júpiter Óptimo Máximo*, pela saúde de *Tiberius Claudius (?) Niger* (ou *Nigrinus*), eventualmente o seu antigo dono⁴⁰. Já no povoado de S. Mamede, em Guizande, a dedicatória é feita por *Hermes* a *ANTISC/REO*, uma divindade indígena⁴¹. O motivo das homenagens foi, provavelmente, a aquisição da liberdade de Hermes e, na quase certa possibilidade de que se trate da mesma personagem, não deixa de ser curiosa a necessidade de cumprir dois votos, pela saúde da mesma personagem: a *Júpiter*, num local onde supomos ter existido uma *villa*, e a uma divindade indígena, num povoado fortificado situado não muito longe do local onde se situaria a *villa* de Esporões.

Finalmente, uma outra inscrição votiva, eventualmente ligada a uma *villa*, em Adaúfe⁴², refere a dedicatória aos *Lares Sefius*, *Lares* que aqui podem assumir a função de protetores do dedicante e da sua família (*Larisefio Comes pro salute sua et suorum*).

A algumas das *villae* referenciadas na região situada em torno de Braga podemos associar algumas necrópoles ou inscrições funerárias que possuem, aparentemente, relações de proximidade com as entidades descritas. Estas inscrições constituem uma fonte preciosa que nos permite conhecer melhor a onomástica dos seus eventuais proprietários e construir uma aproximação ao tecido social da região periférica de *Bracara Augusta*⁴³.

As necrópoles conhecidas na área mais próxima da cidade, com exceção das diretamente ligadas ao centro urbano, são apenas duas: Carquemije, diretamente ligada à *villa* de Dume e Cabanelas, que poderá associar-se a um *vicus* existente na zona de Prado⁴⁴. A necrópole de Carquemije situa-se a cerca de 1 km da parte urbana da *villa* de Dume e

39. A. Tranoy, IOVI/ [D vel R]EPVLSORI, *CIL* II 2414.

40. PRO S(*alute*) /TI(*beri*) C(*laudi*?) NI[S]G(*ri vel rini*) / I(*ovi*) O(*ptimo*) M(*aximo*) / HERMES/ V(*otum*) L(*ibens*) S(*olvit*). H. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 303130, 23.

41. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 3032002, 25.

42. Carvalho, *op. cit.*, II vol, Id 3030103, 21.

43. O trabalho de Armando Redentor constitui a síntese mais atualizada da epigrafia do território que nos ocupa: A. Redentor, *A cultura epigráfica no conventus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácaro da época romana*, t.d., FLUC, Coimbra 2012.

44. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id. 3031002, 22.

foram aí encontradas três sepulturas de inumação⁴⁵ Por sua vez, as inscrições dadas como procedentes de Dume, como já referimos anteriormente, foram, na maioria dos casos, simplesmente reportadas a este sítio arqueológico, isto é, sem informação sobre o seu contexto original. Importa, pois, voltar a realçar a possibilidade de grande parte da epigrafia funerária dada como procedente deste local, poder não ser atribuída a esta necrópole. Independentemente deste problema, a epigrafia funerária conhecida é de extrema importância na história da romanização do território em causa, quer ela proceda ou não de Dume. Uma das menções ao *castellum Agripa* encontra-se aqui, numa inscrição dedicada a Apilo, filho de Arquio⁴⁶, dedicatória que remonta seguramente aos inícios de ocupação romana da região. Numa outra ara funerária, datada do século I, faz-se referência a um cidadão, *Lucretius Saturninus*, inscrito na tribo Quirina⁴⁷. Uma outra ara funerária importante é a que menciona uma flamínica da província da Hispânia Citerior, *Pro Nigrina*, num monumento consagrado pelos seus herdeiros⁴⁸. Reporta-se ainda a Dume uma outra ara funerária fragmentada, onde se leem apenas as duas últimas linhas que indicam a idade do defunto⁴⁹, bem como a única inscrição encontrada no local da necrópole que menciona Abrónia (ou Aprónia) Quinta, filha de Abrónio (ou Aprónio) Reburio⁵⁰.

A necrópole de Cabanelas (Vila Verde)⁵¹, identificada entre os lugares de Veiga e Cachada, foi inteiramente destruída aquando da sua descoberta, dela se conhecendo apenas a referência a alguns achados que consistiam em caixas de tégulas associadas a vasos cerâmicos. Procedente de Cabanelas, sem indicações mais precisas, é uma ara sem inscrição, depositada no Museu Pio XII, em Braga. Tanto a ara como a necrópole estarão eventualmente associadas aos eventuais equipamentos da região oleira de Prado/Cabanelas.

Para além deste conjunto epigráfico conhecem-se outros cinco monumentos deste tipo na região em análise. Entre eles cabe destacar o encontrado numa parede da igreja paroquial de S. Pedro de Merelim que menciona um cidadão romano, Lúcio Valério Rufino, inscrito na tribo Quirina⁵². As prospeções efetuadas junto ao troço da via XIX permitem-nos aventar a hipótese de que tal necrópole se relacione com os vestígios detetados em Pateira, uma *villa* que se situava a cerca de 4 km de *Bracara Augusta*⁵³. Ainda relacionada com uma *villa*, situada neste caso em Espinho, a cerca de 5 km de *Bracara Augusta*, estará a ara cujo texto nos permite apenas reconhecer a tipologia funerária da peça e o formulário, perfeitamente romano, da fórmula final.⁵⁴ De Lomar procedem duas inscrições funerárias. Numa delas apenas se

45. Cf. Martins, *op. cit.*, 1990, 83.

46. *CIL* II 2433.

47. *CIL* II 2444.

48. Cf. Tranoy, *op. cit.*, 1981, 330.

49. *CIL* II 2456.

50. A. Tranoy, A. y P. Le Roux, “Nouvelles inscriptions du nord du Portugal”, *Mínia*, V, 1982, 32-33.

51. Cf. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 3130801, 52-53.

52. Cf. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 3032903, 26.

53. Cf. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 3032904, 26.

54. [... / ...]TOV [.../...] AN XXI [... /...] V [...] MAT[(er?)] / FILIO CAR[I/S]SIMO FECI[T]..., Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 303120, 23.

consegue ler [A]RRVNTI VEGETI [...]. Uma outra menciona um cidadão romano inscrito na tribo Quirina, aparentemente um indígena promovido, como já referimos quando falámos da *villa*⁵⁵. Uma outra inscrição funerária de um legionário, Aurélio, filho de Patrício, encontrada na Casa da Quinta da Honra de Fralães⁵⁶ estará muito provavelmente também relacionada com a *villa* de Paço situada no sopé do castro do Monte da Saia.⁵⁷ Finalmente, no local de Ribeiro, em Lago, Amares foi encontrada uma ara funerária que, pela onomástica, poderemos associar a uma família de indígenas romanizados. Trata-se de uma dedicatória a Mário, filho de Adrono, de seis anos⁵⁸.

No território em torno da cidade, para além dos sítios catalogáveis como *villae*, identificou-se uma razoável densidade de outros vestígios de época romana, difíceis de aferir em termos de tipologia⁵⁹.

A área «industrial» mais significativa reconhecida no território em apreço é, sem dúvida, a que se situa entre Prado/Cabanelas e Ucha, que funcionou como centro abastecedor de argilas para as olarias de *Bracara Augusta*, o que poderá ter dado origem ao desenvolvimento neste local de um *vicus*. A zona de Cabanelas foi também, quase seguramente, um centro oleiro onde, para além de alguma cerâmica de mesa, pode ter sido produzido o material laterício, indispensável à construção dos edifícios da cidade.⁶⁰ A presença de um centro, simultaneamente abastecedor de barros e produtor de cerâmicas, situado a cerca de 7/8 km de Braga, assume particular importância no contexto das relações económicas da cidade com a região envolvente. No entanto, a real importância do sítio de Prado como centro produtivo só poderá ser entendida com uma investigação aprofundada.

Uma série de outros locais, que se presume serem de reduzidas dimensões, poderia estar ligada à exploração agrícola. A relação de proximidade de algumas *villae* com manchas de materiais cerâmicos de fabrico romano, sugestivas de estabelecimentos associados à exploração agrícola, permite-nos sugerir a sua interpretação como equipamentos associados ou subsidiários daquelas. A questão que se coloca em grande parte das situações é, precisamente, o da aferição da tipologia destes pequenos estabelecimentos.

Para além de pequenas explorações, que podem corresponder a equipamentos integrados nas *villae*, haveria, certamente, unidades de exploração agrária de tipo familiar, de menores dimensões, habitualmente classificadas como casais ou quintas, que explorariam os recursos agrícolas em propriedades de pequena ou média dimensão, ou, ainda, outro tipo de equipamentos, cuja função seria o de simples apoio ao trânsito de bens e pessoas.

Os inúmeros problemas de prospeção do território em análise, devidos à intensa urbanização do espaço, à enorme fragmentação da propriedade e, ainda, a uma espessa cobertura sedimentar, dificultam o conhecimento do espaço rural próximo da cidade de Braga e

55. *T CAELIO T F / QVIR / FLACCO*. H. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 3031201, 25.

56. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 3025101, 16.

57. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 3025102, 20.

58. Carvalho, *op. cit.*, 2008, II vol, Id 3011301, 6.

59. Carvalho, *op. cit.*, 2008, I vol., 280-283.

60. Morais, *op. cit.*, 2005.

obrigam-nos a uma renovação dos métodos e técnicas de investigação, adequada aos constrangimentos específicos desta região.

O estudo do espaço rural de *Bracara Augusta* conduziu-nos à recuperação de um cadastro romano, que assume uma enorme importância no conhecimento das formas de organização e controle do espaço por parte da administração romana no NO da Hispânia, onde esta forma de intervenção no território representa uma novidade. As operações romanas de medida e de cálculo das superfícies e das propriedades ocorreram em várias regiões do Império com fins fiscais, tendo suportado «un contrôle objectif des surfaces»⁶¹. Esse controle poderia ocorrer de várias formas de que importa destacar duas: através da delimitação geral do perímetro do território, com vista à tributação, procedimento designado por *ager per extremitatem mensura comprehensus*,⁶² ou mediante a imposição à paisagem de uma lógica de alinhamentos cadastrais que permitissem não só o controle da superfície, mas também a delimitação e distribuição de terras, organizando-se, neste caso, um cadastro.

Tendo como base o espaço de análise já referido, realizámos um trabalho de levantamento arqueomorfológico cujos resultados apresentámos em 2008⁶³, tarefa que temos continuado a desenvolver nos últimos anos. Sintetizaremos, de seguida, os procedimentos e os resultados mais significativos desta pesquisa.

Começámos por tarefas de carto e foto interpretação, usando a cobertura aérea dos voos de 1947 da RAF (escala 1:30000) e a fotografia aérea à escala 1:18000, de 1938 (SPLA). A análise da cartografia 1:25000 e os levantamentos cadastrais à escala 1:5000, de 1968, produzidos pela Câmara Municipal de Braga, permitiram uma avaliação sistemática da área em estudo. Toda a informação de base foi transposta para formato digital e trabalhada sistematicamente num Sistema de Informação Geográfica⁶⁴. Estas tarefas foram acompanhadas por prospeções sistemáticas, que se iniciaram num transepto onde se insere o traçado da via XIX, no seu percurso entre Braga e o rio Cávado. Estes trabalhos de prospeção, que implicaram um levantamento sistemático da rede viária principal e secundária, bem como de todos os caminhos pedonais registados na cartografia ou no terreno, prosseguiram nos últimos

61. C. Moatti, *Archives et partage de la terre dans le monde romain (Ier siècle avant- Ier siècle après J.-C.)*, (Coll. École Française de Rome, 173), Paris-Roma, 1993, 94.

62. E. Ariño Gil, J. M. Gurt i Esparraguera y J. M. Palet Martínez, *El pasado presente. Arqueología de los paisajes en la Hispania romana*, (Acta salmanticensia. Estudios históricos & geográficos; 122), Barcelona 2004, 178-181; E. Ariño Gil, “La Hispania citerior occidental y la Lusitania Septentrional entre Augusto y los Flavios: el *ager per extremitatem mensura comprehensus*”, en *L’Aquitaine et l’Hispanie septentrional à l’époque julio-claudienne. Organisation et exploitation des espaces provinciaux*, 2005, 95-112.

63. Como balanço dos resultados podem referir-se os seguintes trabalhos: Carvalho, *op. cit.*, 2008, I vol, 291-324; Carvalho, “Organisation cadastrale autour de *Bracara Augusta*, Braga (Portugal)”, *Dialogues d’Histoire Ancienne*, 34/1, 2008, 155-160; Carvalho y F. A. Mendes, “Centuriazione e evoluzione degli assetti agrari intorno alla città di *Bracara Augusta* (Hispania Citerior Tarraconensis)”, *Agri Centuriati*, 6, 2009-2010, 193-204; Carvalho, *op. cit.*, 2012.

64. Carvalho, *op. cit.*, 2008, I vol., 51-64.

anos dirigidos por nós ou por outros investigadores⁶⁵. As prospeções efetuadas seguiram as metodologias possíveis face às condicionantes do terreno e aos objetivos delineados. Neste contexto, as prospeções nos últimos anos têm incidido na identificação, fotografia e registo de informações relativas a alguns traços de parcelamento, registando o seu uso atual, estado de conservação, características de delimitação dos eixos e uso presente dos solos confinantes.

A pesquisa de eixos ortogonais que possam indicar uma centurição implica um conjunto complexo de procedimentos. Antes de mais, importa distinguir os grandes eixos estruturadores do parcelamento dos pequenos eixos ortogonais que podem não indicar mais do que uma simples ortogonalidade. A procura de orientações estruturantes implica, também, a pesquisa da orientação ou orientações dominantes, bem como de uma modulação coerente e significativa no espaço rural que possa ser entendida como um vestígio, na paisagem atual, de um cadastro organizado em época romana (Fig. 4).

Os alinhamentos mais significativos detetados na área em estudo foram confirmados pelo achado, em trabalhos de prospeção, de elementos delimitadores que se revestem do maior interesse e importância. Trata-se de dois cipos gromáticos identificados em 2004, que passaremos a descrever, doravante, como cipo 1 e cipo 2. Ambos foram talhados em blocos de cerca de 0,50 m de altura visível, por cerca de 0,40 m de largura, sendo possível ver num deles vestígios de almofadado em duas das faces. Ambos apresentam a face superior perfeitamente alisada, onde se gravou uma cruz (*decussis*) que a ocupa completamente. Ambas as peças se encontram no mesmo alinhamento e mantêm uma distância entre si de, precisamente, uma centúria (20 *actus*).

O cipo 1 foi encontrado no lugar conhecido como Felgueira e serve de limite entre as freguesias de Dume e S. Pedro de Merelim. Trata-se de um monumento de granito, com duas faces almofadadas, topo perfeitamente liso e duas linhas que se cruzam (*decussis*). A sondagem arqueológica efetuada em 2006, embora não nos tenha dado informação acrescida, permitiu-nos comprovar as dimensões exatas do monumento: 1 m de altura por 40/45 cm de largura (Fig. 5.1). O cipo 2 limita as freguesias de S. Pedro de Merelim, Dume e Palmeira e encontra-se a alguns metros do local onde passaria a via XIX. Trata-se de um monumento de granito com 0,47 m de altura máxima visível e 0,28 m de largura (Fig. 5.2).

O posicionamento atual de ambos os cipos obedece a uma rigorosa observação e vigilância destes elementos delimitadores. Isto é, o facto de ambos possuírem a função de marcos delimitadores de freguesias implica que não podem ser deslocados, sendo mantidos praticamente intocáveis, quer pelos proprietários dos terrenos onde se encontram, quer pelos responsáveis públicos.

A localização a leste destes cipos de um monumento que se assemelha a algumas das representações de limites que ocorrem nos tratados de agrimensura romanos e medievais tem uma importância decisiva⁶⁶. No lugar conhecido como Fonte de S. Vicente, no sopé da

65. No âmbito de parte dos trabalhos de prospeção desenvolvidos, veja-se, a título de exemplo R. Melo, *Parcelamento e Paisagem em Bracara Augusta: eixos viários e marcadores cadastrais*, t.m., Braga, 2013.

66. G. Chouquer, G. y F. Favory, *Les arpenteurs romains. Théorie et pratique*, Paris 1992; P. Portet, *Bertrand Boyssset, la vie et les œuvres techniques d'un arpenteur médiéval (v. 1355 - v.1416)*, *Le Manuscrit*, Paris 2004.

vertente do Monte de Montariol, existe uma nascente de água, onde foi talhado um tanque quadrado, que aparenta ser uma *archa petrinea*, elemento usualmente referido na documentação medieval como delimitação de termos. Junto ao local encontram-se tijolos e *tegulae*⁶⁷. De um dos muros junto à fonte foi retirada uma ara votiva dedicada a Marte, depositada no Museu Pio XII, que apresenta a seguinte leitura e tradução (Fig. 5.3): *COPORICI/ MATERNI/ EX VOTO/ MARTI TAR/BVCELI FV[L]LONES*; os membros da família dos *Coporicius Maternus* mandaram fazer este monumento por um voto feito a *Marte Tarbucelis* como pisoeiros.⁶⁸ O sentido da promessa parece, assim, relacionar-se com um agradecimento feito por uma família ligada ao trabalho da lã e dos tecidos.

A presença de uma *archa petrinea*, curiosamente associada a uma inscrição votiva a Marte, parece-nos de suma importância. Aparecendo frequentemente na documentação medieval para delimitar termos, é provável que no caso da chamada Fonte de S. Vicente o pequeno tanque tivesse servido de elemento para delimitar uma centúria romana situada a norte da cidade.

Em resumo, o conjunto significativo de alinhamentos ainda visíveis no parcelamento rural, a par do conjunto de elementos de delimitação identificados, permite considerar que o território em torno de *Bracara Augusta* foi centuriado (Fig. 4). Esta centurição organiza-se segundo um módulo de 20×20 *actus* (1 centúria), que posicionámos em função das três variáveis já descritas: os alinhamentos mais significativos detetados na área em estudo; o posicionamento dos dois cipos gromáticos e a localização da *archa petrinea* de S. Vicente. A malha recuperada orienta-se a 16° NNO, com uma orientação NO/SE, abrangendo uma área entre 5 a 7 km em torno da cidade. O carácter sistemático desta orientação, a modulação em *actus* e a sua articulação com o traçado da cidade e com os principais eixos viários da região, permitem sugerir uma centurição coeva da fundação de *Bracara Augusta* e da abertura da rede viária principal.

A zona centuriada corresponde, assim, a uma área que configura um amplo retângulo, que abrange um território de altitudes menos elevadas e solos com um considerável potencial agrícola, cortados pelas vias romanas que saíam de Braga. Os limites estão definidos pelas elevações de altitudes que variam entre os 250 e os 350 m, com exceção das maiores elevações representadas pelo castro de S. Mamede / Guizande, com 427 m e o monte de Santa Marta da Falperra, com 562 m, ambas na zona sul da área estudada. A centurição prolonga-se ainda numa área de baixas altitudes na margem direita do rio Cávado, sendo particularmente visível na veiga de Cabanelas, a noroeste e, também, na região que abrange a confluência dos rios Cávado e Homem, em cerca de 4 km para norte, tomando o rio Cávado como referência.

67. L. Fontes, “Inventários de Sítios Arqueológicos de Concelho de Braga”, *Mínia*, 3ª série, 1, Ano I, 1993, 31-88; H. Carvalho, *op. cit.*, 2008, I vol.

68. L.A. Santos, P. Le Roux y A. Tranoy, “Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga”, *Bracara Augusta*, 37 (83-84), 1983, 183-205; A. Redentor, *op. cit.*, 2012.



Fig. 4 - Cadastro de *Bracara Augusta*

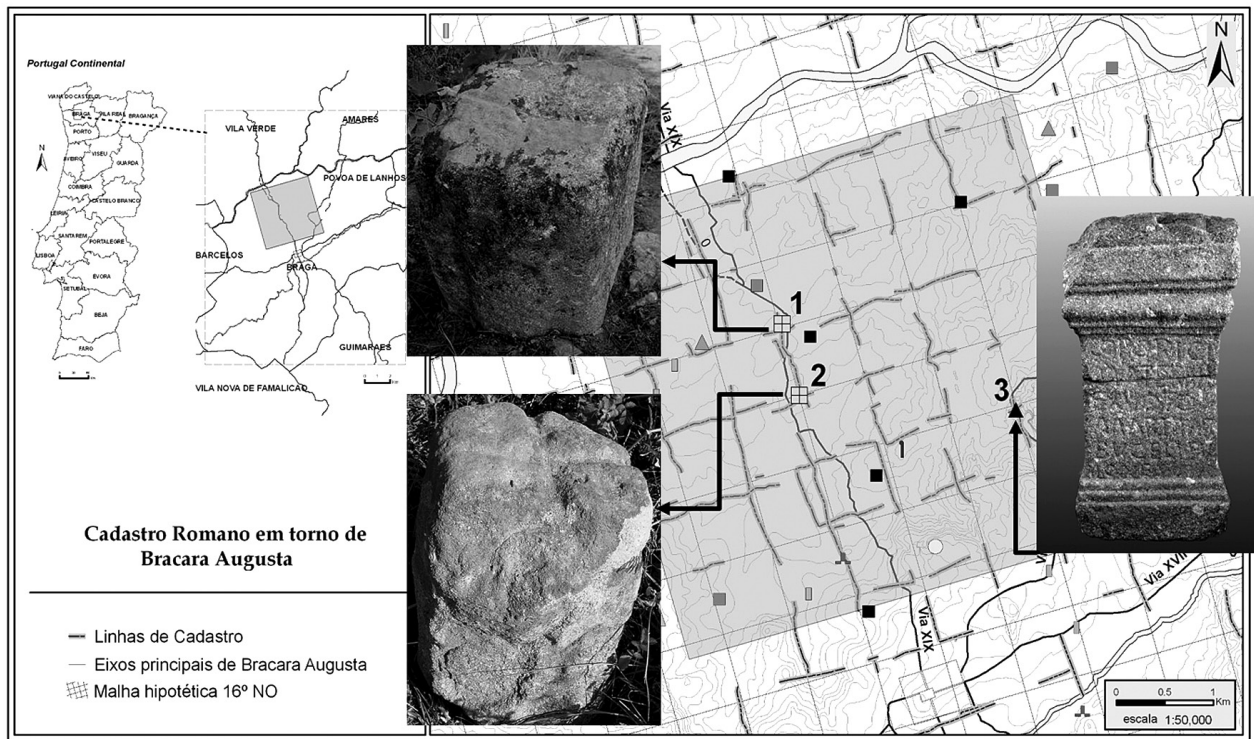


Fig. 5 - Cipos gromáticos e ara votiva a Marte.

5. Considerações finais

No fim das guerras cantábricas a situação da Península Ibérica relativamente ao fenómeno urbano era significativamente diferenciada, sendo possível distinguir as regiões do sul e do levante, urbanizadas a partir dos processos coloniais dos Fenícios e Gregos e as regiões do centro e norte, onde grande parte da população se concentrava em povoados fortificados. No entanto, quando centramos a nossa atenção em regiões mais circunscritas, como é o caso do NO peninsular, verificamos a existência de consideráveis assimetrias relativamente à forma, densidade e características do povoamento pré-romano, as quais estarão na génese de percursos evolutivos diferenciados, após a sua integração no Império romano. De facto, as investigações realizadas nas últimas décadas têm contribuído para reforçar a especificidade da região galaico bracarense, quando comparada com as regiões mais setentrionais, sobretudo nos dois últimos séculos antes da transição da Era, período em que se referencia uma rede de povoados, habitualmente classificados como *oppida*, que se distinguem pela complexidade dos seus sistemas defensivos, mas sobretudo pela sua densidade populacional e especialização

artesanal, bem como pela existência de edifícios de carácter público e de uma organização reconhecida como 'proto-urbana'. Na verdade, estamos perante verdadeiros centros de poder indígena, que se formalizaram com base em processos de complexificação e recomposição social, em parte resultantes do precoce controlo romano sobre a região, em parte decorrentes da sua integração em redes de comércio de longa distância.

No entanto, a nova organização administrativa e territorial empreendida por Augusto subentendeu a criação de novos centros de poder romano, protagonizados pelas cidades, que se sobrepõem claramente aos polos do poder indígena. Assim aconteceu com *Bracara Augusta* que constituirá um novo palco político e administrativo, onde serão negociados os interesses romanos e o protagonismo das elites indígenas da região, que se expressa no papel que as mesmas desempenharam na estrutura do corpo cívico da cidade e do território.

Fundada *ex novo*, *Bracara Augusta*, tal como as restantes cidades augústeas do NO peninsular, nasceu como 'cidade do poder', na qualidade de capital de convento jurídico. No entanto, o seu protagonismo não se fez apenas sentir do ponto de vista político e administrativo, mas, também, como importante centro económico e como polo difusor de novas práticas, hábitos e modos de vida, que se consolidaram durante os dois primeiros séculos da nossa Era e que influenciaram progressivamente, mas definitivamente, a vivência das populações indígenas. Na verdade, *Bracara Augusta* nasceu profundamente articulada com o território, que lhe forneceu a necessária riqueza para se monumentalizar e consolidar o programa de urbanização. Explorando e consumindo os recursos e produtos do território, a cidade constituiu-se, desde cedo, como um dinâmico centro produtor e redistribuidor de bens e serviços para uma vasta região.

A nova organização administrativa implantada por Augusto e reforçada com os Flávios, baseada no modelo das *civitates*, com as suas capitais, fez emergir novas formas de povoamento e de ocupação, entre cidades, *vici* e *villae*, as quais, juntamente com a rede viária, contribuíram para desarticular a estrutura do poder indígena sediada nos castros. Na verdade, a nova rede de comunicações que cruzava o território criou novas centralidades, potenciadoras de novas formas de ocupação e de exploração dos recursos, bem como da difusão de novos hábitos culturais. De certo modo, a disseminação no interior do território dos novos modelos e práticas de vida acompanhou de perto a hierarquização e densificação da rede viária, com a construção progressiva das vias secundárias, que ligavam as capitais dos conventos aos aglomerados secundários e a estruturação dos caminhos terciários que irradiavam destes, ligando-os às *villae*.

No território próximo de *Bracara Augusta* regista-se a continuidade de alguns grandes castros a sul e oeste da cidade, verificando-se o abandono de outros mais pequenos, que exploravam as potencialidades dos vales. Muito embora seja impossível, à luz dos dados disponíveis, caracterizar a ocupação dos castros sobreviventes durante o Alto Império, sabemos, contudo, que o território que se estendia, a norte, pela extensa veiga do Cávado e do Homem foi ocupado por estabelecimentos de tipo *villa*, que se integravam num modelo cadastral de organização da propriedade. Se o estado dos conhecimentos não permite estabelecer, nem as características, nem a dimensão das unidades de exploração, importa, contudo, sublinhar os dados sugeridos pela epigrafia do território que pode ser associada às *villae*, onde registamos, tal como na cidade, uma predominância de peregrinos ou de indígenas promovidos à cida-

dania e inscritos na tribo Quirina. Neste contexto, somos levados a pensar que o cadastro de *Bracara Augusta* terá servido para atribuição de terras a elementos da aristocracia indígena, tendo constituído um meio de garantir um necessário enriquecimento, também fundamental para assegurar o exercício de cargos na cidade e a sua promoção jurídica.

As dinâmicas evolutivas associadas à fundação e desenvolvimento de *Bracara Augusta*, em estreita articulação com a nova matriz de povoamento que se instala no território envolvente, configuram a precoce emergência de uma nova paisagem agrária e social, com construções e regimes de propriedade e de exploração bem diferentes daqueles que caracterizaram a região no período pré-romano. Um resultado do poder da cidade e, naturalmente também, dos novos poderes que se formalizaram no seu seio, onde as elites indígenas tiveram um notável papel, que demonstra a especificidade da região bracarense e a diversidade dos processos e dos protagonistas envolvidos na transformação dos territórios setentrionais da Hispânia após a sua integração no Império.